

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
(COM EDUARDA ESPOSITO)
calexa1970@gmail.com

Matéria delicada

O projeto de lei que visa a criação do Sistema Nacional de Educação (SNE) tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados. O PL poderia ser votado em plenário, mas um requerimento da deputada Adriana Ventura (Novo-SP) obriga o relator a realizar audiências públicas antes de aprovar a matéria. A primeira audiência ocorrerá em 8 de julho. Entidades ligadas à educação temem que após a audiência, o texto seja levado ao plenário e aprovado.

Divisão de tarefas

O PL prevê que 15 membros tomarão as decisões do setor, sendo eles do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Essa divisão diminuiria o poder de decisão do Ministério da Educação. Para as entidades, um grupo de apenas 15 pessoas seria insuficiente para representar mais de 5 mil municípios, podendo ser mais prejudicial do que benéfico. A meta das organizações é alterar o texto e tirar essa parte da proposta final.

Intocáveis

O fato do agronegócio não sofrer taxaço está incomodando alguns parlamentares dentro do Congresso. Há quem diga que o problema da oposição com a nova medida da Fazenda é porque um dos itens mira o setor. “É justo todos os brasileiros pagarem impostos e o setor mais rico do país não?”, questiona um parlamentar governista. Na visão de senadores e deputados aliados do Planalto, é preciso que a medida provisória seja debatida no Congresso Nacional. Até — fato que estava sendo pedido pela oposição — que o Planalto enviasse propostas para discussão e não decretos como forma de governar na “canetada”.

Em aberto

A PEC do fim da reeleição não é prioridade no momento, de acordo com alguns senadores. O projeto nem sequer tem previsão de ser pautado para votação no plenário do Senado. Há uma expectativa de a PEC passar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes do recesso parlamentar, mas a ida ao plenário não tem data marcada.

Nuvens carregadas nas férias de Haddad

O aumento de 0,25 ponto percentual na taxa básica de juros amplia a coleção de desafios na área econômica do governo Lula. Com a decisão do Comitê de Política Monetária, a Selic chega ao maior nível desde julho de 2006 — coincidência ou não, durante o primeiro mandato do atual presidente. A fim de evitar mais desgastes políticos e dar algum alento a quem sofre com os juros escorchantes, o Copom anunciou uma “interrupção no ciclo de alta”. Resta saber quando o brasileiro, longe do tecnicismo monetário, vai sentir algum alívio nas finanças.

Se é improvável que a inflação ceda a curto prazo, o custo de vida pode incomodar

ainda mais o brasileiro com a derrubada dos vetos à lei das eólicas offshore. Caso a conta de luz venha mais salgada, como preveem especialistas do setor elétrico, há uma enorme possibilidade de o eleitor culpar o governo Lula — e não o Congresso Nacional — por mais essa mordida no bolso. Afinal, a vitrine do Executivo é mais aparente.

Por fim, ao retornar do merecido descanso, o ministro Haddad terá que avançar em soluções para o problema fiscal. O chefe da equipe econômica precisará lidar com um Congresso Nacional que, no discurso, defende a austeridade, mas, na prática, aprova medidas que pressionam as contas públicas.



Divergências

Um dos problemas apontados é o tempo de mandato de senadores. Na visão de alguns congressistas, cinco anos sem reeleição é pouco para uma Casa que define dirigentes de agências reguladoras e entidades importantes para o país. Além disso, é uma eleição “íngrata” porque é difícil e não tem relevância popular, apesar da grande responsabilidade. “Não vai valer a pena”, observa um senador. Parlamentares têm destacado que, em outros países, o mandato de senador é duas vezes ou até mesmo três vezes maior que o de um deputado.

Tem que bancar

O projeto de devedor contumaz — aprovado não só por congressistas, mas pelo Tribunal de Contas da União, Ministério da Fazenda e Casa Civil — está parado no Senado. O relator do projeto, líder do União Brasil na Casa, Efraim Filho (PB), defende que o pedido deve vir do governo. “Davi Alcolumbre tem mil projetos para escolher os que serão votados na semana. A Fazenda tem que ligar para ele e dizer que é prioridade do governo a matéria”, disse.

Bets em baixa?

As bets têm perdido cada vez mais apoio dentro do Congresso Nacional, de acordo com parlamentares. Tem senador afirmando pelos corredores que, se surgir projeto propondo o fim das bets, ele é aprovado no Senado sem problema. O próprio ministro da Fazenda já defendeu que o modelo de jogos precisa ser repensado. “Não geram emprego”, segundo o chefe da equipe econômica. Apesar disso, o Senado engavetou a CPI das Bets.

Vai ficar de fora?

Tema espinhoso no debate sobre gastos públicos, o supersalário foi evitado na Medida Provisória enviada pelo governo na semana passada. Mas há quem insista em trazer o assunto à baila. O partido Novo apresentou ontem uma emenda à MP para combater os supersalários e penduricalhos do serviço público. A emenda quer restringir o conceito de verba indenizatória e extinguir gradualmente, até 2027, indenizações que estiverem fora do escopo da proposta.

ESCÂNDALO DO INSS

Briga para ter controle da CPI

Governo e oposição se movimentam para dar as cartas no colegiado, que só toma forma em agosto, após o recesso parlamentar

» DANANDRA ROCHA
» WAL LIMA

Depois de não conseguir evitar que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigará as fraudes contra aposentados e pensionistas da Previdência fosse instalada, o governo se mobiliza para tentar controlar os trabalhos do colegiado — e evitar um desgaste ainda maior, que pode respingar nas eleições gerais de 2026. O esforço é para confirmar o senador Omar Aziz (PSD-AM) na presidência da CPMI e encontrar um relator, a ser indicado pela Câmara, que trabalhe com neutralidade, e cujo posto deve ser entregue a algum parlamentar do Centrão.

A possibilidade da indicação de Aziz para a presidência da comissão seria parte da articulação entre o Palácio do Planalto e o presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP) — uma forma de compensar a pressão feita pela oposição, que levou à instalação da CPMI. O colegiado deve começar a ser formatado em agosto, quando o Legislativo volta do recesso. Os bolsonaristas, porém, veem mais uma janela de oportunidade para continuar desgastando o governo. Tanto que o nome que começa a ser ventilado para assumir a relatoria é o do deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO) — que, inclusive, apresentou um requerimento, semanas atrás, para a formação de uma comissão de inquérito para investigar, na Câmara, os descontos dos beneficiários da Previdência.

“Essas derrotas mostram uma tendência do governo Lula daqui para frente: está derretendo, na minha opinião, e vai continuar perdendo no Congresso. O governo está fraco, está fazendo o enfrentamento com o Congresso e está perdendo”, avalia o deputado Sargento Fatur (PSD-PR).

Geraldo Magela/Agência Senado



Ex-secretário da Previdência de Bolsonaro, Marinho pode presidir comissão

No que depender do Palácio do Planalto, porém, a relatoria não será entregue a um bolsonarista. Busca alguém com um perfil semelhante ao de Aziz. Apesar de ser do PSD (detentor de postos na Esplanada dos Ministérios, mas cuja parte da bancada vota contrariamente ao Executivo), é declaradamente governista. Para isso, o Planalto intensificará as negociações com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Isso não quer dizer, porém, que os bolsonaristas assistirão a tudo de braços cruzados. No que depender deles, um nome surge forte para confrontar a indicação de Aziz: o senador Rogério Marinho (PL-RN), um dos principais

articuladores para a instalação do colegiado e ex-secretário especial da Previdência (de 2019 a 2020), no governo de Jair Bolsonaro.

O requerimento da CPMI conta com a assinatura de 293 parlamentares, sendo 249 deputados e 44 senadores. Destes, 82 são da base do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — com 21 senadores e 60 deputados de partidos com cargos no governo federal endossaram a iniciativa.

Desarticulação

Mas há sinais de que há uma desarticulação dos governistas no Congresso. Isso pôde ser constatado na sessão da

André Correia/Agência Senado



Perfil governista de Aziz é algo que interessa ao Palácio do Planalto

Câmara, de quarta-feira. Apesar de ser semipresencial, foi tomada pela oposição, que compareceu em peso. Em defesa do Palácio do Planalto, somente a deputada Erika Kokay (PT-DF) a rebater os bolsonaristas. Ela chegou a falar na tribuna por seis vezes, em um período de 3h41.

Erika, porém, negou que as vitórias da oposição representem uma fraqueza do governo, tal como a derrubada dos vetos presidenciais à lei que visava estimular a geração de energia eólica offshore e que pode jogar sobre os contribuintes um custo de R\$ 197 bilhões até 2050. Considera que os parlamentares oposicionistas têm atuado para proteger

os interesses dos mais ricos.

“Eles têm uma resistência imensa de colocar o rico no Orçamento. Eles são contra taxar as grandes fortunas. Quando dizem ‘nenhum imposto a mais’, não é nenhum imposto para quem tem muito dinheiro no Brasil”, disse ao **Correio**.

Para a deputada, o governo tem compromisso com o equilíbrio fiscal, mas que deve estar atrelado à justiça social. Segundo Erika, à oposição interessa punir os mais pobres, como a proposta para desvincular as aposentadorias do reajuste do salário mínimo. “Enquanto isso, eles constroem um cordão de proteção às fortunas”, criticou.

Inquérito é aberto no STF

» MAIARA MARINHO

O Supremo Tribunal Federal (STF) instaurou um inquérito sobre os descontos irregulares de benefícios de aposentados e pensionistas da Previdência Social. Isso indica que as investigações da Polícia Federal (PF) chegaram a alguém com prerrogativa de foro. A relatoria é do ministro Dias Toffoli.

Embora este seja o primeiro inquérito sobre os descontos irregulares nos benefícios, outros processos tramitam na Corte — entre eles duas ADPFs (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), também sob a relatoria de Toffoli.

Uma das arguições ajuizadas em 9 de junho é do PP — partido do ex-presidente da Câmara, Arthur Lira (AL). Solicita à Corte que determine à Previdência que apresente um plano de ação sobre como será feito o ressarcimento aos beneficiários, além de solicitar que o INSS informe um prazo para a restituição integral dos valores descontados. O instituto, por sua vez, contra-argumenta que enquanto as investigações são realizadas, não é possível estipular o montante descontado indevidamente de aposentados e pensionistas.

A ADPF 1236, ajuizada pela Advocacia-Geral da União (AGU) em 12 de junho, pede ao Supremo a suspensão dos processos que tramitam na Corte sobre descontos associativos e que tenham o INSS e a União como parte processada. Toffoli determinou a suspensão dos pedidos de indenização de todos os lesados pelos descontos irregulares e convocou para dia 25 uma audiência de conciliação.